

**Resenha do livro:**

**Escritos sobre a instrução pública: Condorcet** / "Relatório e projeto de decreto..." tradução e notas de Maria Auxiliadora Cavazotti e Lígia Regina Klein; "Reflexões e notas sobre a educação", seleção de textos e notas Manuela Albertone, tradução, introdução e notas da ed. brasileira Fani Goldfarb Figueira; apresentação Gilberto Luiz Alves. - Campinas, SP: Autores Associados, 2010. - (Coleção clássicos da educação / coordenação deste volume da coleção Gilberto Luiz Alves)

**Resenha de:**

Luiz Antonio de Oliveira<sup>1</sup> e  
Maria Cristina Gomes Machado

*Escritos sobre a Instrução Pública: Condorcet*, publicação da Autores Associados em coedição com o HISTEDBR integra a **Coleção Clássicos da Educação**<sup>2</sup>. A coleção apresenta “[...] obras ainda não traduzidas para o português ou que estejam esgotadas”, conforme Saviani e Alves em nota no verso da folha de rosto, quando afirmam a contribuição em disponibilizar a estudiosos da área histórico-educacional acesso a fontes primárias de pesquisa. Os editores nos brindam dois textos. *“Relatório e projeto de decreto sobre a organização geral da instrução pública, apresentados à Assembléia Nacional em nome do Comitê de Instrução Pública em 20 e 21 de abril de 1792”* e , *“Reflexões e notas sobre a educação”*, com apresentação do coordenador Gilberto Luiz Alves<sup>3</sup>. A tradução apresenta 127 páginas de discussão sobre o lugar da educação na organização da sociedade burguesa-capitalista, com forte discussão sobre a configuração teórica da escola na referida sociedade, característica estabelecida como condição *sine qua non* da própria escola pública. Neste sentido, afirma Silva (2010, p. 15) que “[...] Condorcet não defendeu uma educação igualitária para todos os cidadãos, no âmbito da sociedade burguesa, nem deixou de reconhecer os óbices materiais que, na fase de emergência dessa nova ordem social, inviabilizavam a igualdade de oportunidades educacionais para todos, inclusive no plano da instrução primária”.

**Marquês de Condorcet, nasceu Jean-Antoine-Nicolas de Caritat** (1743-1794), filósofo, matemático e político francês nascido em 17 de setembro de 1743, em Rebemont, no norte da França. Seu pai, capitão de um regimento de cavalaria, foi morto quatro anos após seu nascimento. Criado pela mãe, católica devota de Maria, mais tarde se tornaria um dos mais contumazes críticos da “obscuridade” da religião e das práticas tidas por ele como ludibrias dos padres. Foi consagrado pela mãe à Virgem e, durante oito anos, vestido com roupas brancas femininas, como forma de devoção. Aos 12 anos foi entregue ao tio Jaime Condorcet, detentor de cargo episcopal, que cuidou da formação do menino. Assim, aos 13 anos iniciou estudos no Colégio Jesuíta em Reims, transferindo-se aos 15 anos para o Collège de Navarre em Paris, onde em 1758 defendeu tese diante de Jean Le Rond d’Alembert (1717-1783)<sup>4</sup>. Entre os anos de 1765 a 1774 dedicou-se aos estudos de entendimento das ciências exatas. A próspera amizade com D’Alembert permitiu que estreitasse relações com Anne Robert Jacques Turgot<sup>5</sup> (Paris, 10 de maio de 1727 — Paris, 18 de março de 1781, que ao assumir a direção da economia real em 1774 nomeou Condorcet inspetor de moedas do reino. Desta forma, passou a conhecer de perto os problemas econômicos da França no período. De onde construiu suas críticas aos monopólios das práticas mercantilistas adotadas pelo rei, como o fizeram outros autores do século XVIII. A crítica econômica ao mercantilismo era também um combate às idéias “antigas” em geral. A partir daí deu-se seu maior envolvimento com a política tanto do

ponto de vista na construção do pensamento quanto da militância dentro e fora do governo e do parlamento. Sua perspectiva de reinvenção da história e das instituições políticas são a centralidade de suas obras, marcadamente de “Cinq mémoires sur l’instruction publique”<sup>6</sup> e “*Esquisse d’un tableau historique des progrès de l’esprit humain*”. Perseguido pelo do terror jacobinos ao “terror” revolucionário do Comitê de Salvação Pública, viveu escondido sob proteção de amigos, sendo, posteriormente, preso e vitimado de morte (1794) ainda sem explicação convincente. No contexto de embate de Condorcet,

Na França Revolucionária do final do século XVIII os nomes que ali entusiasticamente se impuseram contra o ideário do chamado “Antigo Regime”, traduziram neste esforço todo um sentido da época, ao mesmo tempo em que foram buscar no passado muito daquilo que foi defendido. A esta filosofia estão relacionados filósofos bastante conhecidos, como Montesquieu, Voltaire, Rousseau, D’Alembert, Diderot e outros mais. O entendimento histórico de sua produção demanda não só ler as suas obras, mas também perceber o significado da luta que estava sendo travada na França da época. (COELHO, 2006, p. 48).

Alves (2010), na apresentação, oferece uma breve biografia de Condorcet e situa o autor Aníbal Poncé como um de seus intérpretes. O que faz com objetivo de apontar distorções difundidas sobre o pensamento dos enciclopedistas franceses na formação dos educadores brasileiros. O que tornou comum a compreensão equivocada da traição burguesa ao projeto iluminista da escola pública. Tais distorções os situam, assim como faz Poncé, em “[...] uma visão conspiratória da história “[...] que é equivocada [...] ao não conjecturar sobre a possível existência de barreiras objetivas que poderiam ter retardado a realização da proposta burguesa” (ALVES, 2010). A partir de tal consideração estabeleceu algumas condições para a leitura de textos clássicos como o “Rapport” de Condorcet. O desafio de superação da leitura reducionista da história reporta o contato direto com os clássicos e documentos da discussão da produção da escola pública burguesa, uma vez tais oferecem informações originais e permitem a revelação das contradições sociais da época de sua construção.

No caso do *Rapport*, o documento não se explica somente pela priorização das finalidades, princípios e objetivos da instrução pública, que só são compreensíveis contextualizados aos elementos complementares que expressam os limites materiais, circunstanciais [condicionamentos concretos], da implementação dos elementos centrais. Assim, Alves indica que os indicativos se encontram no próprio **Rapport**. O que permite situar a distância entre a proposição dos princípios gerais e realização da escola pública expressa na redução da instrução pública à escola primária, conforme proposta de Condorcet: “As escolas secundárias são destinadas às crianças cujas famílias possam dispensá-las por mais tempo do trabalho e consagrar à sua educação maior número de anos ou mesmo qualquer avanço” (Apud. ALVES, 2010). Lembra Alves (2010) que, quanto maior a consciência dos condicionamentos, maior a possibilidade de identificação de mecanismos de superação, como Condorcet que propõe bolsas de estudos para enfrentar a limitação da família pobre em arcar com os custos indiretos do ensino. O endurecimento do poder constituído com a hegemonia burguesa constituiu outros tantos limitadores aos princípios de igualdade e liberdade, instaurando um Estado desincumbido do financiamento da instrução pública.

O “*Relatório e projeto de decreto sobre a organização geral da instrução pública, apresentado à Assembléia Nacional em nome do Comitê de Instrução Pública em 20 e 21 de abril de 1792*”, com tradução e notas de Maria Auxiladora Cavazotti<sup>7</sup> e Lígia Regina

Klein<sup>8</sup>, que tiveram a contribuição de Kati Eliana Caetano<sup>9</sup> como revisora, indica aos parlamentares que nos novos tempos o Parlamento depende a instrução, que deveria ser assegurada a todos dentro dos limites dos impedimentos circunstanciais materiais, o que o leva a distinguir os graus de instrução. Identifica instrução e educação, e situa a essência da instrução pública no da laicidade, condição da formação do amor à pátria condicionado no respeito ao outro. A partir daí, preconizou o debate sobre os conteúdos e métodos da educação do homem nacional, da sociedade, e de forma especial, a formação do governante. A estrutura formal do **Rapport** manifesta as condições limitadoras da realidade para a realização imediata da escola pública, e marcando a compreensão de sua construção processual dos mesmos.

A segunda parte da obra, “*Reflexões e notas sobre a educação*”, dada a característica do tipo de documento, apresenta um Condorcet mais direto, sem subterfúgios da polidez que a relação com os pares e contexto no Parlamento impõe, o que premia o leitor com maior evidências dos fundamentos de sua proposta de instrução da burguesia e educação do povo, bem como de sua extensão. A seleção de textos e notas de Manuela Albertone<sup>10</sup> e tradução, introdução e notas de Fani Goldfard Figueira<sup>11</sup>, apresenta um texto marcado por método livre, sem intenção sistemática da organização do discurso, onde as ideais, observações e compreensões anotadas conforme as situações em que apresentavam, incomodavam, a Condorcet. A despreocupação como a publicização revelou melhor o autor e as realidades do contexto, o que constituiu interessante fonte de estudo do eclodir da escola pública como ideário e como política.

O primeiro texto “*Reflexões e notas sobre a educação*” (p. 45 -62) compreende a existência de dois tipos de criança – uma da qual a vida exige conhecimentos práticos e outra, aquela que esclarecerá outros homens: a educação para o trabalho e instrução para o governo, a administração da sociedade, da economia e da política. O que limita a extensão da educação pública, considerada por Condorcet inadequada por promover a emulação que resulta em homens medíocres, presunçosos, invejosos, enganadores e infelizes. Daí sua defesa da educação particular, que se dá entre iguais, que não precisam da emulação, e que não promove a busca da glória. Do ponto de vista do processo do aprender, que considera as diferenças nas crianças em condições, tempos, circunstâncias, motivações e em profundidades diferenciadas, defende que da mesma forma que o método para aprender não é o mesmo para todas as ciências, também não é o mesmo para todas as crianças. Neste sentido, indica que se ensine das ciências somente o que a criança consegue entender. São dois os motivos: a possibilidade maior de retenção, e o evitar despertar interesses ainda incertos e inadequados para a idade. Por exemplo, o ensino do reino animal há relação direta com o conhecimento deste e a moral. Assim, a forma poderia conduzir à libertinagem na possibilidade de direcionar a curiosidade para questões ainda impróprias para a idade da criança. Da mesma forma, alerta que na representação das coisas físicas não se induzam ilusão, sobretudo porque levaria as frustrações futuras.

Há, segundo Condorcet, que sempre se dar as razões do que se ensina e o estabelecimento do hábito na resolução de problemas. Assim, os melhores livros de estudo são aqueles que portam grande número de exercícios, bem como o melhor ensino de ciências aquele que considera os gostos e tendências das crianças (evitar o ordenamento rígido do ensino a todas as crianças, por conta da presença ou ausência do interesse ainda inexistente). Aos interessados deve-se aprimorar o enfoque nos detalhes, sendo que os aprofundamentos devem ser reservados para a juventude quanto já se pode contar com o predomínio da

razão. Sua concepção pedagógica centraliza-se na formação do hábito e de situações práticas de conhecimento dos conceitos, no cotidiano das crianças, só depois o conceito abstrato. Da mesma, destaca a necessidade ao contato com o novo conteúdo a obrigação da explicação do professor, seguida da exercitação. Mesmo parecendo centralizar-se em aulas práticas, não se engane o leitor: Condorcet identifica nelas um limite agravante, um perigo sempre presente que podem produzir o afastamento do rigor teórico.

Entretanto, a priorização das forças e do hábito da meditação, da reflexão entendidos como instâncias de conservação do bem natural da criança e protegê-la contra a corrupção. A receita é escolher preceptor bom, honesto; bons livros, boas leituras; evitar a religião. O único catecismo que precisa deve tratar somente de conteúdos que levem ao respeito aos pais e ao que beneficia aos homens. Deve-se evitar religião e a formação nesta porque ao definir o juízo do bem e do mal e o fim da moral no perdão do erro não estimula a valor dos honestos e benevolentes: “[...] religião não forja grandes almas, mas apenas monstros e insensatos” (p.58). Da mesma forma que castigos e prêmios não servem à formação moral, intelectual e mesmo política, uma vez que criam revoltados e oportunistas. O melhor é a fazer uso da indiferença de forma que se sinta incomodada e capaz de sentir o sofrimento que causou com seu ato, bem como cuidar para que a criança não cresça indiferente para com a morte, educar para as perdas e dores.

De forma geral, nesta parte, fica evidente que a condição social de classes define as posições no ensino e na aprendizagem, o que define funções na sociedade: uns vivem um vida de massa e obscura na obrigação do trabalho, e são conduzidos por outros; outros são nascidos para estudar, para a liderança cultural, política e econômica. Uns são os homens são os homens comuns, outros são homens de ação (cidadãos burgueses e agregados), dedicados aos comandos (exército e governo).

Em MS 884, FF. 3-12 - “Fragmento sobre a Educação das Crianças” (p.63 – 70), o autor define o objetivo da educação no desenvolvimento das capacidades intelectuais e morais, na contribuição na busca do discernimento e na autodeterminação na busca dos conhecimentos. Acentua, como no item anterior, agora de forma mais explícita, que os intelectos são desiguais, o que indica a escolha e o ensino dos conteúdos de forma diferenciada.

O MS 884, FF. 13-32 - “Série de pequenos resumos sobre a história da educação; provavelmente modelo de livros infantis que C. Voulait publicou” (p. 71 -102) é um texto de identificação das finalidades da educação na história da humanidade, valorizando aquelas experiências que priorizaram o cuidado com o Estado, como o refrear atos maus e vergonhosos, habituando-se desde o homem desde pequeno, com primazia para a sensibilidade semelhante. A recuperação da história para denunciar o que entende ter se seguido: a educação nos séculos da ignorância por parte da Igreja que usava das histórias da bíblia e dos dogmas no ensino das crianças, de forma a subordinar as boas ações à graça, e á humilhação. Assim, promove a condenação e repúdio explícito, em linguagem ácida, da educação e instrução católica monástica, escolástica. É um manifesto: crítica, sem concordata, ao papel histórico desenrolado pela igreja e seus representantes no processo de consolidação e manutenção da ignorância e controle dos comportamentos com o uso da instituição do dogma. A utilidade da história está na promoção de sentimentos e fortalecimento do amor à pátria e no reforço da vergonha pelos crimes cometidos (capacidade de indignar-se), objetivo maior da formação. Defende o fim do ensino que

mascara os crimes da história, do qual acusa a ensino escolástico ser especialista, impondo verdades e certezas, e impedindo da dúvida, e assim formando imbecis e impedindo o progresso do homem e da humanidade. Importa-se Condorcet com uma educação de aquisição do hábito de raciocinar e não dar lições. O homem que o novo tempo exige é capaz de fazer suas escolhas e ser responsável por elas, assim o objetivo final de seu propósito é o homem autônomo. Sobre essa questão em Condorcet indicamos a leitura de “Instrução pública e moralidade em Condorcet direcionamento da formação da autonomia<sup>12</sup>”.

MS 884, FF. 54-58 - “Sobre a instrução (sobre a emulação e os prêmios a instituir)” (p. 103-109). Já se disse, e é recorrente em Condorcet a condenação de emulação e da concessão de prêmios como motivador da instrução. O autor entende que tais práticas são perniciosas à formação tanto do homem de iniciativa como da sua dimensão moral.

MS 884, F. 312 - “Plano” (p. 111 – 112). Em poucas linhas define que a primeira educação deve ser ofertada a todos os cidadãos, como os conteúdos que libertem da superstição e ordenados segundo a idade. Àqueles dentre o povo com aptidão para estudos defende um “educação mais cuidada” (p.111). A educação pública deve ser realizada por leigos e sem interferência de qualquer religião, uma vez que são prejudiciais à educação do caráter.

MS 884, 60-62 - (2ª parte) “Sobre a instrução – estudos superiores”<sup>13</sup> (p. 113 – 117). Este capítulo trata do prosseguimento dos estudos, ou estudo mais detalhados que denomina estudos superiores em que se acentua a perspectiva prática com o programa de ciências em função dos deveres das crianças e do homem como cidadão. Os princípios pedagógicos; o prazer de aprender e a utilidade da instrução, valorização do interesse do aluno. Entretanto, não se abre mão de que o princípio fundamental da educação é a formação de hábitos de uso da razão, da memória, enfim da inteligência, fundamentos da autonomia e a da liberdade diante de outros homens. Provavelmente, os seus iguais na escala social. Não se constitui, esse nível da gradação do ensino, para as crianças destinadas por suas origens ao trabalho.

Em o MS 884, FF. 150-151 - “Fragmento de uma carta sobre a opinião – Reflexões sobre a consciência e a educação moral” (pp. 119 – 121) expressa a condução ao entusiasmo pela virtude, donde o papel fundamental do pai em oferecer ao filho exemplos particulares de justo e injusto, de bem e mal, fortalecendo a consciência pelo hábito. Para Condorcet, na ausência da experiência do hábito de bem impera o hábito do mal, bem como quando se impõe uma moral arbitrária, e, portanto, não fundada na razão e no convencimento. Trata também na fragilidade da consciência nas classes superiores na medida em que se dedicam a responder à necessidade de ter.

MS 884, FF. 153-154 - “Relatório sobre um concurso (tema; melhor livro de moral para as crianças) (pp. 123 -127). O objetivo mais amplo do livro era corrigir a retidão moral por meio de referência da experiência sem recorrer a ideais abstratos, portanto, acessíveis à compreensão e vivência da criança na configuração do dever para com a ordem social. Desta forma, postula como critérios da seleção do livro de moral: a) Uma moral onde não tivesse oportunidade o castigo, mas a experiência de incomodar-se, sentir-se deslocada, perturbada em sua felicidade por conta de comportamentos inadequados: o estabelecimento da capacidade de constranger-se e inquietar-se; b) ao tratar de regras e deveres centralizar-

se em motivos de ordem natural, sobretudo na benevolência (característica que Condorcet estabelece como definidor mesmo da criança); c) texto que não permitisse a conclusão de ideias falsas que são origem de desilusão; d) conter só o que convém à criança ler, e construído de forma que não se antecipa questões e informações que desencadeiam o comportamento malicioso, sádico e desrespeitoso; e) um material construído de forma a exigir a explicação do professor uma vez que defende ser salutar direciona a sagacidade das crianças, fonte potencial de tantos males para ela e a sociedade; f) com estilo simples e claro, ou seja, sem possibilidade de se entender outra questão que a se pretende.

“Relatório e projeto de decreto sobre a organização geral da instrução pública, apresentado à Assembléia Nacional em nome do Comitê de Instrução Pública em 20 e 21 de abril de 1792” e “Reflexões e notas sobre a educação” são documentos de finalidades e características específicas, porém, de objetivos e metas idênticas. Há indícios de que o proletariado não havia construído consciência que compreendesse a instrução como algo necessário, o que dava à burguesia a prerrogativa de requisição. Lembramos que pensar a história como luta de classes exige considerar tais limites que é possível decifrar no escrito de Condorcet. Ao processo de produção do capital e da sua reprodução, a riqueza social era investida nas atividades produtivas, constituindo-se nulos e escassos os investimentos em serviços prestados pelo Estado, consideradas improdutivas, desde o século XIX, o que em parte explica o adiamento da escola pública. Essas condições que se alteraram ao final do século XIX e início do século XX, e no Brasil a partir dos anos 1930.

Assim, estudar Condorcet é imperativo ao estudioso da educação, uma vez que este autor trabalha os princípios fundamentais da escola pública burguesa: universal, gratuita, obrigatória e laica. De modo especial, pelas discussões que no Brasil se ancoraram em tais princípios a partir da década de oitenta do século XIX, na esteira do processo de rompimento com o padroado e com a iminência do movimento republicano. As ideias de Condorcet figuram na conjuntura do ideário da instrução pública brasileira, perpassando inclusive compreensões enviesadas sobre a extensão de seu entendimento de escola pública.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz(org.). **Escritos sobre a Instrução Pública: Condorcet**. Reflexões e Notas sobre a Educação. Campinas, SP: Autores Associados. 2010 (Coleção: Clássicos da Educação).

COELHO, Marcos Pereira. **Condorcet - educação e instrução: a busca da perfectibilidade humana como sentido da vida**. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2006.

CONDORCET. **Cinco memórias sobre a instrução pública**. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

SILVA, Sidney Reinaldo da; GROSS, Renato. **Instrução pública e moralidade em Condorcet: direcionamento da formação da autonomia**. Disponível em<[www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/018e4.pdf](http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/018e4.pdf)> Acesso em: 09.08.2010.

SILVA, Sidney Reinaldo da. **Saber elementar como base para o currículo na obra Condorcet**. Revista e-Curriculum (PUC- SP), vol. 3, n. 2, jun., 2008.

## Notas:

<sup>1</sup> Doutorando pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Professor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, campus de Cornélio Procopio.

<sup>2</sup> Coleção criada a partir do ano de 2008 para abarcar um projeto de traduções de autores clássicos, de leitura obrigatória para quem atua na área educacional já publicou em 2008 a , coleção de textos organizados por Sandino Hoff, “*Escritos sobre A nova arte de ensinar de Wolfgang Ratke (1571-1635)*”, em 2009, *Dewey, A valorização nas ciências humanas*, organizado por Marcus Vinicius da Cunha, Ana Raquel Lucato Cianflone , Erika Natacha Fernandes de Andrade.

<sup>3</sup> Professor da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, UNIDERP. Pesquisador da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, Membro de corpo editorial do Intermeio (UFMS), Membro de corpo editorial da Revista Brasileira de História da Educação e Membro de corpo editorial da Crítica Marxista (São Paulo).

<sup>4</sup> Dirigiu a Enciclopédia com Diderot, personalidade chave do Iluminismo. Matemático e, por fim, filósofo, desenvolveu uma epistemologia para a gênese e o significado dos conhecimentos científicos, sobretudo, preocupado com a validade da ciência e da viabilidade de sua aplicação. Sua produção científica e filosófica marcou o século seguinte.

<sup>5</sup> Economista francês cuja obra é considerada um elo entre a fisiocracia e a escola britânica de economia clássica. Grande admirador dos enciclopedistas, os pensadores iluministas que formaram a primeira escola de economia científica, tornou-se um adepto da fisiocracia. Ministro-geral das Finanças do rei Luís XVI de França (1774), suas ideias de reforma econômica liberal despertaram a ira do clero e da nobreza, pois lhes tiravam certas mordomias e privilégios, o que gerou sua demissão em 1776.

<sup>6</sup> Ver publicação de tradução da Editora da UNESP, 2008.

<sup>7</sup> Professora com experiência na área da Educação com ênfase na História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: História da Educação Brasileira; práticas pedagógicas nas séries iniciais; alfabetização; alfabetização de jovens e adultos. Professora colaboradora da Universidade Federal do Paraná e professora da Universidade Tuiuti – Curitiba.

<sup>8</sup> Professora adjunto da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História e Filosofia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação e trabalho, educação e sociedade, letramento e EJA. Desenvolve pesquisas em educação e direito e educação e trabalho, com fundamento no materialismo histórico e na psicologia soviética. Coordena o NUPEMARX/UFPR.

<sup>9</sup> Professora titular aposentada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e professora titular do Mestrado em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná. Coordena um grupo de pesquisas interinstitucional voltado para o estudo dos usos e interfaces das imagens nas mídias, que integra projetos de jornalismo, publicidade e experiências estéticas com imagens, em meios impressos ou eletrônicos.

<sup>10</sup> Pesquisadora italiana, Especialista em história intelectual do século XVIII, com especial atenção para a França, e aos Estados Unidos no pensamento econômico e as relações entre economia e política.

<sup>11</sup> Socióloga e doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

<sup>12</sup> [www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/018e4.pdf](http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/018e4.pdf).

<sup>13</sup> Revista e-Curriculum (PUC- SP), Vol. 3, Núm. 2, jun., 2008.